Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação da Presidente da Assembleia da República, Dr. Guilherme Silva

Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Henriques Gaspar

Em representação do Presidente do Tribunal Constitucional, Exma. Senhora Juíza Conselheira Maria Lúcia Amaral

Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheiro António de Almeida Calhau

Exma. Senhora Ministra da Justiça, Dra. Paula Teixeira da Cruz

Exma. Senhora Procuradora Geral da República, Dra. Joana Marques Vidal

Exmo. Senhor Provedor de Justiça, Prof. Doutor José de Faria Costa

Caros Colegas e Amigos

Há sensivelmente um ano, na apresentação da minha candidatura, afirmava sentir, naquele momento, o peso da responsabilidade, o ânimo do amor à profissão e a coragem que cada um dos presentes me transmitia.

Impõe-se que confesse estar hoje imbuída dos mesmos sentimentos, se bem que com uma consciência acrescida da responsabilidade de ser Bastonária da Ordem dos Advogados.

Afirmarei sempre a independência da Ordem dos Advogados e dos Advogados, condição essencial de um Estado de Direito Democrático, no presente como no passado, já que não há Estado de Direito sem Advogados livres e independentes.

Foram os Advogados Portugueses que, com a sua acção destemida, ajudaram a abrir trincheiras em defesa da liberdade, contra a violência e a opressão de um poder político negador dos mais elementares direitos democráticos dos cidadãos.

Foram os Advogados que defenderam sem medo, determinados pela esperança de um futuro livre e digno para Portugal, todos aqueles - políticos, escritores, poetas, operários - que pagaram com a sua própria liberdade a insubmissão às imposições arbitrárias do regime fascista a que a Revolução de Abril de 1974 pôs termo.

Os Advogados são a voz do combate pela dignidade e pela liberdade das mulheres e dos homens, a voz da solidariedade perante o sofrimento, a voz determinada contra os ódios e as violências, a voz crítica da denúncia e da condenação de todas as tentativas de amordaçar ou constranger os direitos humanos.

No palco trágico dos tribunais plenários foram os Advogados que - com coragem e determinação para travar batalhas desiguais - pleitearam em defesa dos réus, pelos seus direitos, pela liberdade, contra a opressão e a violência.

Mas também no mundo, foram os Advogados que com o seu pensamento e a sua acção impulsionaram as grandes revoluções, promoveram leis libertadores, destacando aqui também os Advogados de Língua portuguesa que, como os do Brasil, foram determinantes na abolição da prática de escravidão e do racismo e na consagração de direitos à igualdade e liberdade, sem distinção de raça, credo ou classe social.

Esta luta nunca termina. Ela é sempre actual. Passa pelo combate contra todos aqueles que não respeitam os Direitos Fundamentais do Homem, contra todos os inimigos da Liberdade, contra os abusos de poder, contra a denegação de uma Justiça, que se quer igual para todos os cidadãos.

O nosso Estado democrático, tão pesado, mas ao mesmo tempo tão frágil, refém de interesses particulares, nomeadamente partidários, parece conviver mal com a liberdade. Ora, é bom relembrar que as democracias quase nunca são derrotadas, antes se destroem a si próprias!

A verdadeira Liberdade, descomprometida dos interesses, não é uma aquisição garantida para sempre e hoje, na sociedade portuguesa, respiram-se constrangimentos preocupantes e que nos devem deixar a todos preocupados, mas mobilizados.

Hoje, mais do que proclamar os direitos fundamentais interessa garantir o seu exercício e a Ordem dos Advogados, espaço de liberdade e independência, assenta num compromisso activo com a cidadania e jamais pactuará com o seu silêncio para a degradação do Estado de direito democrático.

É com um sentimento histórico e com a certeza da mobilização dos Advogados de hoje que posso afirmar, como Bastonária da Ordem dos Advogados, que nunca transigiremos na luta pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana.

Somos nós Advogados, que todos os dias, de pasta e toga na mão, erguemos a nossa voz nos Tribunais em defesa dos direitos dos cidadãos.

Estão aqui hoje reunidos os mais influentes protagonistas da Justiça Portuguesa e somos nós, os primeiros a ter que impulsionar as reformas e a acreditar na Justiça portuguesa, porque se nós acreditarmos o cidadão também acreditará.

Não nos podemos abrigar no silêncio de quem já se conformou, porque como afirmava Ruy Barbosa, padroeiro dos Advogados do Brasil, “uma nação que se abandona a si própria é uma nação oferecida à conquista”.

Eu acredito profundamente nos Tribunais Portugueses e sei por experiência própria como a esperança nos Advogados e nos juízes pode e é, tantas vezes, a última esperança, sempre que um direito é violado ou se é alvo de uma injustiça.

Destaco aqui o Tribunal Constitucional e os Tribunais Administrativos, porque hoje como nunca a principal ameaça aos direitos do cidadão vem do próprio Estado e das entidades dotadas de poderes de autoridade pública.

Mas, não há Tribunais sem Advogados e impõe-se que também os Magistrados portugueses possam contribuir de forma activa através da sua acção para o respeito e afirmação da dignidade e prestígio do patrocínio forense, sempre tendo em vista os valores superiores do Estado de Direito.

As angústias e os anseios dos Advogados, serão seguramente também as dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, numa Justiça esmagada com produções em série de diplomas legislativos, precipitadas tantas vezes pelo calor do momento, vergando todos os operadores judiciários, com leis, decretos-leis e portarias.

Hoje estamos todos enredados em procedimentos burocráticos e a produção em série de diplomas legais, quer em quantidade, quer em qualidade, é fonte geradora de um intolerável ambiente de frustração assente na incerteza e insegurança jurídicas.

Se todos têm que participar na reforma de uma Justiça que tem que estar ao serviço do cidadão, somos nós Advogados, porque diariamente os contactamos e representamos, quem melhor sabe o que está mal e carece de ser aperfeiçoado. Somos nós Advogados que temos, com uma acção responsável, persistente, mobilizada, forte, interventiva, que ser o motor da verdadeira reforma da justiça.

E nenhuma reforma na Justiça pode assentar na desvalorização ou desinvestimento nos Tribunais ou na menorização da Advocacia.

São os Tribunais que dão garantias de imparcialidade e independência que nenhum outro meio alternativo de resolução de litígios encerra e são os Advogados que igualizam as partes perante o julgador, corrigindo as assimetrias que a vida lhes possa ter infligido.

Impõe-se consolidar que a Justiça é igual para todos e ela só pode ser igual se todos os cidadãos forem representados em qualquer litígio, nos Tribunais, nos meios alternativos de resolução do litígio e mesmo junto da Administração Pública, com a crescente administrativização dos processos, por Advogados.

A grande verdade, a verdade que todos temos que encarar, é que a presença obrigatória de um Advogado em qualquer litígio é, desde logo e sempre, a primeira e mais essencial garantia que se pode conferir ao cidadão e constitui um pilar fundamental do Estado de Direito.

A Comissária Europeia para a Justiça, Viviane Reading, louvou recentemente a coragem e o esforço nas reformas empreendidas na Justiça em Portugal pelo impacto na recuperação da confiança dos investidores.

E se a recuperação da confiança dos investidores é essencial para o nosso país, é na recuperação da confiança na Justiça portuguesa por parte do cidadão e das nossas empresas que terá na Ordem dos Advogados o principal aliado do Ministério da Justiça.

Neste tempo de mudança é convicção dos Advogados Portugueses que Sua Excelência, a Ministra da Justiça, não deixará de colocar igual coragem e esforço na defesa de uma Justiça igual para todos, que não discrimine os pobres dos ricos ou as populações do interior do país das populações do litoral ou dos grandes centros urbanos.

Afirmo aqui solenemente a disponibilidade da Ordem dos Advogados para participar activamente numa reforma assente na cidadania e em que a celeridade indispensável à Justiça seja temperada pelas garantias indispensáveis ao Estado de Direito.

Uma justiça em que nós Advogados acreditemos é, necessariamente, uma justiça em que o cidadão também acreditará.

A Ordem dos Advogados será, como sempre o foi na sua História, o baluarte da cidadania e o último reduto de defesa dos direitos, liberdades e garantias do cidadão.

A Ordem dos Advogados manter-se-á na primeira linha do combate ao anunciado mapa judiciário, à concentração, desqualificação ou encerramento de tribunais ou à sua substituição por meios privados de administração da justiça.

É possível fazer melhor! É necessário fazer diferente, desenhando-se um novo mapa, que garanta um sistema judicial eficiente, com mais qualidade, mas próximo do cidadão.

Depois do recuo a que temos assistido nas leis progressistas em matéria de direitos e garantias individuais, estou em crer que os nossos governantes não vão querer ficar na história como responsáveis pela eliminação ou constrangimento intoleráveis do direito fundamental de acesso à justiça e aos tribunais.

Conscientes das dificuldades do país e das exigências da Troika, a Ordem dos Advogados aliar-se-á a qualquer reforma que vise combater a morosidade da Justiça e a eliminação das pendências, mas sempre nos escrupuloso respeito dos direitos de cidadania.

Devo acrescentar ainda, como Advogada, e estou em crer que todos os operadores judiciários partilharão da mesma convicção, enquanto se legislar tanto e com tão pouca qualidade em Portugal, não haverá nunca celeridade na justiça.

E, é com tristeza como Advogada e como cidadã que sou confrontada, de forma permanente, com a incapacidade do Estado para garantir a administração da Justiça por órgãos de soberania, realidade que escamoteia através de um processo vergonhoso de administrativização dos processos e da sua desjudicialização.

Como tenho referido, hoje faz-se Justiça um pouco por todo o lado, nos cartórios e nas conservatórias, nas repartições públicas, nos centros privados de mediação e arbitragem,

parece querer fazer-se justiça em todo o lado, excepto nos Tribunais. Parece querer fazer-se Justiça com a intervenção de todos os profissionais, solicitadores, sociólogos, psicólogos, cozinheiros e professores, excepto com a intervenção dos Advogados, numa menorização do papel da Advocacia e do contributo que esta dá, com a sua actuação, para a pacificação da sociedade.

A Ordem dos Advogados defenderá sempre, uma justiça que assegure a tutela efectiva dos direitos do cidadão, que reconheça e respeite o Advogado, dignifique o patrocínio forense e valorize a igualdade entre as partes.

Os meios alternativos de resolução do litígio deverão manter-se, quando muito, como alternativos e com a igualdade das partes sempre salvaguardada através da constituição obrigatória de advogado.

Para isso o Advogado tem que continuar a ser um profissional livre e independente, que presta um serviço remunerado, mas também é um servidor do direito, da lei e da justiça.

A independência da Advocacia está contudo ameaçada, por aqueles que vêem a profissão de Advogado como um negócio e fomentam, ou pelo menos não travam, a massificação e desqualificação da profissão.

A Ordem deve poder exigir que se possa inscrever apenas quem tenha o mestrado, mas sendo a advocacia a profissão forense por excelência, deverá poder impor cumulativamente critérios de avaliação da qualidade científica rigorosos, no seu acesso.

Estou certa que Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, como Advogada que é, terá uma consciência plena da degradação a que ficará votada uma profissão massificada, que não salvaguarde a qualidade dos seus profissionais e o equilíbrio entre o número de advogados e as necessidades da sociedade portuguesa.

Do mesmo modo, não pode a Advocacia ser um alojamento profissional temporário ou exercida nos intervalos de outras profissões, sobretudo daquelas que subvertem as regras da concorrência leal entre advogados ou permitem um acesso privilegiado ao poder ou o exercício do próprio poder.

Associamo-nos à Procuradoria Geral da República e ao Ministério da Justiça numa luta sem tréguas contra a corrupção, crime que mina os alicerces do Estado de Direito e prejudica o desenvolvimento económico e social do país.

Estou plenamente convencida que na identificação das zonas de risco surgirá em primeira linha a necessidade de revisitar o regime de incompatibilidades e impedimentos e que será a Assembleia da República a impulsionar as alterações legislativas necessárias, por imperativo de consciência dos deputados, mas também por razões de credibilidade e transparência.

Uma definição clara e inequívoca dos actos próprios dos Advogados e o seu reforço como forma de assegurar a tutela dos direitos do cidadão é um imperativo de uma sociedade desenvolvida.

A minha última palavra dirige-se, muito particularmente, aos Advogados que participam no sistema do acesso ao direito.

Assumo aqui o compromisso de apresentar ao Ministério da Justiça e com este debater os aperfeiçoamentos necessários ao actual sistema do acesso ao direito, que permitam ultrapassar os constrangimentos actuais e a dignificação do patrocínio oficioso.

A participação voluntária dos advogados e a sua independência em relação a outros poderes implica, que também o Estado assuma a responsabilidade de pagar pontualmente a compensação devida pelos serviços que estes prestam.

Urge rever a regulamentação do sistema do acesso ao direito, reequacionando--se a possibilidade da gestão integral do sistema, desde a nomeação até ao pagamento dos honorários, ser assegurada pela Ordem dos Advogados.

Por último, neste momento, que também é de despedida, quero agradecer ao Dr. António Marinho e Pinto ter sido o Bastonário de todos os Advogados e o Provedor da Cidadania. Por nós, Advogados e cidadãos, travou todas as batalhas, fê-lo, como já referi, tantas vezes sozinho, sem tréguas, sem hesitações, determinado pela força das suas convicções, com um estilo que tantos, que sempre se quedaram em silêncios cómodos, tanto criticaram, e sempre, mas sempre, sem medo.

Sei que anunciou um sono profundo, espero que seja breve e retemperador, porque o país, os cidadãos e todos nós precisamos da sua voz para agitar as nossas consciências e para nos obrigar, a cada momento, a despertar da penumbra do conformismo em que, tantas vezes, nos refugiamos.

Aos meus pais aqui presentes quero agradecer o apoio que sempre me deram e particularmente à minha filha desejar que se outro património não lhe deixar que receba como meu legado o valor da independência.

Caros Colegas e Convidados, as minhas últimas palavras são de agradecimento a todos o que exerceram funções nos órgãos da Ordem dos Advogados e cujo mandato ora cessa. Do mesmo modo, àqueles que agora tomaram posse, muito especialmente para os membros do Conselho Superior faço votos que possam julgar os Advogados, tendo presente que são homens e mulheres, e que o façam sempre com a superioridade alicerçada na sua isenção e independência.

A todos os Advogados e Convidados deixo um abraço fraterno, o meu agradecimento por estarem presentes nesta cerimónia de tomada de posse e os votos de um bom fim-de-semana.

Muito obrigada.

Elina Fraga

Bastonária da Ordem dos Advogados